

Presidente formaliza convocação

Os 570 parlamentares com mandato até o fim de janeiro ganharam a última tarefa legislativa, antes que 63% não reeleitos retornem definitivamente aos seus estados. Ontem, o presidente Fernando Collor oficializou a convocação extraordinária anunciada na véspera pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que interrompe o recesso do Legislativo. Com base na Constituição, o presidente da República determinou que deputados e senadores votem cinco medidas provisórias entre os dias 7 e 31 de janeiro, último dia de seus mandatos. No dia 1 de fevereiro, os novos parlamentares tomam posse. O presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), já convocou sessão para segunda, às 18h30. Além do salário de Cr\$ 1 milhão 437 mil, cada um dos 570 parlamentares vai ganhar mais Cr\$ 1 milhão 689 mil como ajuda de custo — metade no primeiro dia da convocação, metade no último dia. Somente com os salários, que o Congresso já pagaria normalmente, mais a ajuda de custo, serão gastos Cr\$ 1 bilhão 782 milhões, em janeiro.

Entre as medidas que o governo quer aprovar, uma surpresa em relação as que foram antecipadas por Passarinho: a 291, que define

as regras para reajuste dos aluguéis. O pacote inclui, ainda, as medidas 288, sobre a dissolução ou privatização do Lloyd Brasileiro; a 289, com as novas alíquotas do Imposto Sobre a Propriedade Rural (ITR); a 290, estabelecendo a livre negociação para as mensalidades escolares; e a 292, que mantém a livre negociação salarial e dá um abono aos trabalhadores, em janeiro.

Quorum

Ninguém garante que haverá quorum. Alguns líderes esperavam a convocação para meados ou, mesmo, fins de janeiro. “Eu farei tudo para que haja quorum”, assegurou o senador Nelson Carneiro, minutos depois de receber a convocação de Nestor Forster, assessor de gabinete da secretaria geral da Presidência da República, que entregou o documento. “É difícilimo se conseguir o quorum”, comenta o líder em exercício do PMDB, deputado Ubiratan Aguiar (CE). “Esse pessoal já levou família, já voltou para os estados, já retomou suas atividades”, relata. Independente de votarem ou não, a diretoria geral das mesas da Câmara e do Senado já começam a calcular os ganhos extras dos parlamentares.

A inesperada convocação causou alguns atropelos aos parlamen-

tares. É o caso de líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), que descansava em Nova Iorque. Ontem de manhã, ele recebeu uma ligação do deputado Ubiratan Aguiar. “Ele aguardava a convocação para o final de janeiro”, explicou Aguiar. O líder do PMDB desembarca hoje no Rio de Janeiro, de onde segue para Porto Alegre. Na terça-feira, ele deve estar em Brasília, segundo sua assessoria. No PDT, cinco deputados convidados pelo parlamento chinês para uma visita à China, cancelaram a viagem. O líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), que se preparava para ir à Luanda, a convite do governo angolano, também teve que mudar seus planos. “Foi uma decisão acodada”, atacou Righi.

Entre os parlamentares de esquerda, que permaneceram no Brasil durante o recesso Legislativo, pelo menos dois qualificaram a medida sobre os salários como “inconstitucional” e pretendem derrubá-la antes da votação do mérito. José Genoíno (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ) lembraram que o Congresso já derrubou a Medida Provisória 273, reeditada com o número 292, quando votou um projeto de conversão, em dezembro, reindexando os salários dos trabalhadores.